



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

O TRABALHO DE EQUIPES TÉCNICAS DO SERVIÇO SOCIAL NAS COORDENAÇÕES DE ESTÁGIO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO¹

LENILSE DE SOUZA COIMBRA ²

RESUMO

O artigo objetiva abordar o trabalho de profissionais que, em cargo de assistentes sociais, atuam nas coordenações de estágio em Serviço Social de instituições públicas, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de recorte da minha pesquisa realizada para composição da minha dissertação, que no limite desse artigo, elaboramos, no primeiro tópico, breve contextualização, fundamentada em Marx (1996) e Mandel (1985), sobre reestruturação produtiva e neoliberalismo que provocaram mudanças no mundo do trabalho e na gestão estatal. No segundo tópico, apresentamos o trabalho das assistentes sociais nas coordenações de estágio, relacionando essa intervenção profissional ao processo formativo de estudantes.

Palavras-chave: Capitalismo. Estado. Trabalho. Serviço Social. Coordenação de Estágio.

1 A pesquisa realizada em quatro instituições públicas de ensino superior, localizadas no estado do Rio de Janeiro, é parte integrante da minha dissertação intitulada: A inserção da assistente social nas coordenações de estágio em Serviço Social: estudo em universidades públicas no Estado do Rio de Janeiro. Esse trabalho foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Dr. Renato dos Santos Veloso.

2 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

ABSTRACT

This paper aims to discuss about the work of social workers in Training Coordination at Social Work Public Universities in Rio de Janeiro State. The discussion is about one of the topics dealt with in research for my dissertation about which, in the first topic, was presented a short contextualization based on Marx (1996) and Mendel (1985) related to productive restructure e neoliberalism that caused changes in working context and state administration. In the second topic, we presented the work of those social workers in training coordination relating such practice to the students' learning process.

Keywords: Capitalism. Estate. Work. Social Work. Training Coordination.

INTRODUÇÃO

Os autores que fundamentam nosso estudo são Marx (1996) ao considerarmos a relação entre capital e trabalho que, portanto, avaliamos ser fundamental para compreendermos os determinantes e condicionantes que levaram à inserção de assistente social para atuar na Coordenação de Estágio em Serviço Social.

Por se tratar de uma reflexão demarcada a partir dos anos 1990, considerando os processos de reestruturação produtiva e neoliberalismo no Brasil, resgatamos, de forma breve, Mandel (1985) com sua abordagem sobre fenômeno da supercapitalização, e o documento referente ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado brasileiro do Ministério da Administração e Reforma do Estado (1995), elaborado pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso, que nos permitiu compreender os impactos na gestão e controle da força de trabalho do setor público.

Esses autores trazem contribuições para elaboração do nosso estudo, seja no que se refere à apresentação e problematização de que espaços estamos tratando, isto é, instituições públicas de ensino superior subsumida à lógica do capital, assumindo nova configuração, dada a necessidade desse capital superar sua crise, e que vem sofrendo a incidência da lógica gerencial do Estado. Mas, seja também para conhecermos e compreendermos o trabalho desenvolvido por profissionais, em cargo de assistente social, nas coordenações de estágio em Serviço Social e a sua relação com esses processos a partir dos anos 1990.

1 ESTADO, CRISE DO CAPITAL E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

As mudanças no mundo do trabalho, nos marcos do “capitalismo tardio”, têm relação com a divisão crescente do trabalho que culminou na expansão dos

serviços, tendo em vista os capitais excedentes não valorizados da esfera produtiva, penetrarem nas esferas dos serviços, da circulação e da reprodução (MANDEL, 1985).

Esse processo gerou uma crise estrutural do capital, delineada claramente nos anos 1970, onde podemos dimensioná-la a partir das análises de Marx (1996) sobre o processo de trabalho (o objeto, os meios e a atividade em si) que, acrescido do consumo da força de trabalho, ao ser subsumido ao capital, a fim de chegar a determinados resultados ou produtos, passou a atender essencialmente as necessidades desse capital de acumulação e valorização, com um valor de uso constituído de valor de troca. A partir dessa análise, compreendemos as novas estratégias de gestão e organização do trabalho - adicionadas ao padrão taylorismo/fordismo, levando ao momento da “acumulação flexível” (HARVEY, 1992) - adotadas pelo capital de forma a superar sua crise, com objetivo de continuidade da sua valorização.

Essas estratégias são resultado das modificações substantivas que ocorreram na esfera da produção, isto é, uma reestruturação do modo de produção capitalista, com forte impacto à força de trabalho, uma vez que as mudanças provocadas pelo capital exigiram outras formas de consumir o trabalho tanto nas esferas produtivas quanto não produtivas.

A expansão dos serviços ao abranger também o trabalho realizado na esfera do Estado imprimiu uma reordenação dos processos de trabalho que se desdobra em mudanças para a força de trabalho que se vê obrigada a se reajustar às novas requisições e habilidades profissionais. Bem como mudanças na gestão e no controle da força de trabalho, no setor público de que são alguns exemplos, a incorporação do modelo empresarial e privatista de gestão de pessoas; a avaliação de desempenho funcional de trabalhadoras sob ameaças de exoneração; e o aumento da produtividade com ênfase em resultados condicionados ao alcance de metas, conforme previsto no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado brasileiro do Ministério da Administração e Reforma do Estado (1995).

Desse modo, esses processos, articulados à mundialização do capital, ao ideário neoliberal e à financeirização, determinaram (e determinam) o trabalho da

assistente social na esfera estatal, a sua condição de assalariada e o resultado final do seu trabalho, uma vez que são condicionados a antecipação dos objetivos de valorização do capital, ainda que identificada uma relativa autonomia profissional.

Netto (2006), apontou que a profissão de Serviço Social é partícipe do processo de trabalho coletivo, e requisitado na divisão social e técnica do trabalho para execução das políticas sociais como forma de enfrentamento das expressões da questão social. É uma profissão que se insere nos campos social, econômico e político-ideológico da ordem do capital na sua fase monopólica e participa do processo de reprodução, acumulação e valorização do capital, ainda que o profissional não desempenhe diretamente funções produtivas.

Todavia, esse movimento do capital, que no Brasil ocorre a partir dos anos 1990, com impactos na força de trabalho, aqui, particularmente assistente social; nas políticas sociais que medeiam a sua intervenção profissional; e no seu trabalho, contraditoriamente, também redefine a identidade da profissão de Serviço Social, como resposta que a profissão precisava construir no âmbito da formação e do exercício profissional, frente aos novos padrões de acumulação do capital, a saber, projeto ético-político profissional, consolidado também nos anos 1990, acompanhado de ações estratégicas nos campos teórico, político e jurídico profissional, bem como a defesa da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, legitimada por diretrizes, normativas, resoluções, pelo Código de Ética Profissional, pela lei que regulamenta a profissão.

Nesse sentido, apresentamos a seguir, os dados obtidos na nossa pesquisa, relativos ao trabalho pensado e sistematizado teoricamente que vem sendo desenvolvido pela equipe técnica de assistentes sociais nas coordenações de estágio de Serviço Social de universidades públicas, localizadas no estado do Rio de Janeiro que, na nossa avaliação, se insere e se justifica nesses espaços sócio-ocupacionais como contribuição aquelas respostas da categoria profissional de Serviço Social.

2 TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

O foco do nosso estudo foi investigar a inserção de assistente social para atuar na Coordenação de Estágio em Serviço Social. E por essa razão, consideramos também importante a participação das assistentes sociais³, em cargo de docente, na pesquisa, com objetivo de apresentar a divisão do trabalho nesse espaço sócio-ocupacional entre as profissionais, mas também as ações desenvolvidas em conjunto, inclusive das profissionais em cargo de assistente social, com a função de coordenadora, experiência de duas Unidades acadêmicas pesquisadas⁴.

Em relação às ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nas Coordenações de Estágio, temos as seguintes:

Dimensão prático-interventiva:

- I. realização de visitas institucionais para avaliação de possibilidade de abertura de vagas de estágio com base nas informações sobre identificação institucional se inserida na área de Serviço Social; proposta de trabalho da instituição e suas normas; identificação da assistente social; trabalho da assistente social – atividades e projetos desenvolvidos correspondentes às competências e atribuições específicas previstas nos artigos 4.º e 5.º da Lei 8.662/1993, condições éticas e técnicas em que esse trabalho é desenvolvido, espaço físico adequado e sigilo profissional; vínculo empregatício no exercício da profissão e carga horária de trabalho compatível ao número de estagiárias, disponibilidade da profissional para realizar acompanhamento presencial da estagiária e das atividades a serem desenvolvidas por ela, tendo em vista os instrumentos jurídicos e normativos relativos ao estágio definidos através da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, Políticas de Estágio e Resoluções das respectivas Unidades

3 Adotaremos o gênero feminino, gramaticalmente reconhecido, com objetivo de reafirmar uma linguagem não discriminatória.

4 A pesquisa deu-se com base em entrevistas e documentos disponibilizados pelas participantes.

- acadêmicas, Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social de n.º 493/06 e n.º 533/08, Código de Ética da profissão, Lei de Regulamentação da profissão e Lei 11.788/08. Por outro lado, apresentar o projeto pedagógico do curso de graduação de Serviço Social, Resolução e Política interna de estágio e orientar as supervisoras de campo quanto às documentações de estágio;
- II. e laboração de relatórios e pareceres sociais referentes às visitas institucionais realizadas para subsidiar a avaliação e decisão de abertura ou não de campo de estágio quanto às condições ética e técnica para viabilizar às estudantes o ingresso em espaços sócio-ocupacionais que possam favorecer uma formação qualificada e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão; elaboração de pareceres sociais para fechamento de campo de estágio; elaboração de pareceres sociais para mudança de campo de estágio ou realização de estágio não obrigatório; e relatórios de reuniões, tendo em vista a relevância da memória social e possibilidade de reflexão e avaliação do trabalho realizado, contribuindo para construção de ações futuras;
- III. estabelecimento de contatos com as supervisoras de campo com objetivo de orientá-las quanto às questões que envolvem o exercício da supervisão direta, tendo como parâmetro as documentações referentes ao estágio em Serviço Social; de acolher essas profissionais na Universidade e estimular a participação das mesmas nas atividades acadêmicas; de acompanhar pedagógica, política e tecnicamente as assistentes sociais; de construir estratégias de ampliação de diálogo e de troca de experiências entre essas supervisoras de campo, considerando a diversidade dos campos de estágio e das formações profissionais em razão do desenvolvimento da atividade pedagógica do estágio supervisionado; de promover eventos e atividades direcionados à capacitação das supervisoras de campo, como oficinas, seminários, colóquios, fortalecendo o processo de articulação entre a Universidade, a Unidade acadêmica de Serviço Social e os campos de estágio, nos processos teórico-políticos e procedimentais em relação à política de estágio, abertura de campos de estágio e legitimação de campos já

conveniados, bem como a possibilidade de captação e ampliação de vagas de estágio. As oficinas e colóquios referem-se a ações que são definidas a partir das demandas oriundas dos levantamentos realizados nas fichas de avaliação preenchidas pelas supervisoras de campo com objetivo debater elementos que subsidiam a prática profissional e os processos de formação continuada. São oficinas temáticas realizadas nos campos de estágio, cujos temas são sugeridos pelas supervisoras de campo e pelas assistentes sociais da Coordenação de Estágio quando identificam a necessidade de trabalhar determinada questão;

IV. participação em reuniões da Coordenação de Estágio com supervisoras acadêmicas, docentes de outras disciplinas vinculadas ao estágio, supervisoras de campo, sujeitos que compõem grupo de trabalho e comissão de estágio, e estudantes com objetivo de discutir, refletir, propor, planejar, definir estratégias, executar novas ações e avaliar as ações desenvolvidas relativas ao estágio supervisionado em Serviço Social; reuniões com profissionais de outras áreas (advogada, psicóloga, enfermeira, médica, pedagoga, professora) responsáveis pela organização e gestão da política de estágio nas respectivas instituições que atuam, para apresentar as particularidades do estágio em Serviço Social, com base no Código de Ética Profissional, Lei de regulamentação da profissão, normativas, resoluções, políticas de Estágio e projetos pedagógico do curso de graduação de Serviço Social;

V. acompanhamento as estudantes - trabalhadoras e outras que se encontram em situações que podem dificultar a realização do estágio - desde o momento que antecede o ingresso no campo de estágio até a conclusão dessa fase do processo formativo.

Nessa ação, foi-nos relatado durante a realização das entrevistas, a preocupação das profissionais com as estudantes que se encontram nessas condições, cujos encaminhamentos vêm se dando em um investimento de abertura de campo de estágio em projetos de extensão, principalmente aos finais de semana, e em duas das Unidades acadêmica pesquisadas (2 e 3), identificamos outros

encaminhamentos com metodologias distintas, a saber,

- realização de mapeamento e monitoramento de estudantes represadas devido ao não cumprimento do estágio supervisionado que, para além de dar a dimensão dessa realidade, permite o acesso a elementos concretos para reflexão e qualificação no processo de intervenção profissional. Essa atividade é dividida em quatro etapas: a) aplicação de questionário para identificar fatores que dificultam o ingresso de estudantes no campo de estágio, bem como as áreas e municípios de interesse e a disponibilidade para realização de estágio; b) tabulação das informações coletadas; c) entrevistas para conhecimento mais aprofundado das situações apresentadas no questionário; d) levantamento e apresentação do quadro de vagas de estágio previstas para o próximo semestre; e) captação de novas vagas de estágio. Nessas duas últimas ações, considera-se as áreas e os municípios de interesse e a disponibilidade informados pelas estudantes para a realização do estágio;
- apresentações semestrais nas turmas de Ética Profissional, com objetivo de socializar informações pertinentes para inserção da estudante no campo de estágio no semestre subsequente. Elaboração e análise de pesquisas, por meio de formulários, sobre o perfil dessas estudantes antes do ingresso no campo de estágio com objetivo de conhecer o perfil (condições de vida e trabalho, econômica, local de moradia, composição familiar, etc) e se aproximar da realidade. Tal atividade tem como prioridade orientar a busca por vaga de estágio, a participação nos processos seletivos, a importância da realização do estágio obrigatório no seu processo de formação profissional, a responsabilidade de escolha da área de atuação acadêmica, bem como o compromisso de permanência nos campos de estágio, por pelo menos dois semestres letivos consecutivos. Realização de pesquisa/levantamento de perfil, semestralmente, para apreender a realidade da estudante com dificuldades de inserção nos campos de estágio, algumas dimensões podem ser destacadas nesse processo, como por exemplo, dificuldades de aprovação em processos seletivos das instituições conveniadas;

indisponibilidade de horário para realizar estágio devido à condição de estudante trabalhadora, a territorialidade em que se localizam alguns espaços sócio-ocupacionais distantes da moradia da estudante o que demanda recursos financeiros. Essa pesquisa envolve desde a aplicação de questionário formulado pela equipe, a realização de reuniões e entrevistas individuais com as estudantes com objetivo de incidir na redução do número de estudantes sem estágio.

VI. realização de atividade preparatória para estágio com estudantes que cumpriram os requisitos acadêmicos e se encontram aptos para realizar estágio no semestre subsequente seguida de mapeamento das estudantes por meio de aplicação de questionário com objetivo de se aproximar, conhecer o perfil das estudantes e direcionar o processo de captação de vagas de estágio, e monitoramento através do cumprimento das etapas (inscrição e resultado final) dos processos seletivos para estágio. Nessa ação, é apresentado às estudantes: a) a equipe e a dinâmica do trabalho da Coordenação de Estágio; b) os aspectos jurídicos-normativos relativos ao estágio – Lei n.º 11.788/08, Parecer Jurídico Normativo CFESS n.º 36/11, Resoluções CFESS n.º 493/06 e 533/08, PNE/ABEPSS e Política de Estágio da ESS/UFF – com ênfase na especificidade do estágio em Serviço Social, com aprofundamento da discussão sobre as normativas estabelecidas pelas entidades representativas da categoria, que estabelecem os princípios que norteiam o estágio supervisionado, suas diretrizes e sua operacionalização, ressaltando as atividades dos fóruns de estágio, cursos de extensão, seminários de integração e rodas de conversa que visam o fortalecimento institucional e a aproximação entre as supervisoras de campo e acadêmicas e estagiárias; c) o material informativo sobre o convênio, o termo de compromisso de estágio, as referências dos aspectos jurídicos-normativos supracitados e a flexibilização de redução da carga horária de estágio em situações específicas. Posteriormente, esse material é encaminhado, via e-mail, às estudantes, possibilitando melhor apreensão das documentações exigidas para realização do estágio em Serviço Social. De igual modo, há

realização de mapeamento e monitoramento das estudantes aptas a realizar estágio, com objetivo de conjugar redução de ônus e de distância para melhor rendimento no processo de aprendizagem no estágio. Essa atividade envolve: a) aplicação de questionário para identificar áreas e municípios de interesse e a disponibilidade das estudantes para realização de estágio como estratégia para evitar que essas estudantes fiquem represadas; b) tabulação das informações coletadas; e c) captação de vagas de estágio de acordo com o panorama institucional mapeado e perfil das estudantes aptos ao estágio.

Dimensão informativa:

- I. produção de material didático-pedagógico e informativo para estudantes que se preparam para ingressar no estágio que envolve questões documentais e técnicas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social. Atividade educativa com as estudantes para informá-las/orientá-las sobre o processo que envolve a inserção no campo de estágio (normas, cadastros, acompanhamento das vagas de estágio, participação nos processos seletivos para estágio) e realização de atividades (oficinas, rodas de conversa, etc.) com as estudantes sobre informações referentes ao estágio.

Dimensão político-formativa:

- I. participação em espaços coletivos de debate tanto na Universidade quanto nas entidades organizativas da categoria profissional. Participação em cursos, seminários, fóruns de supervisão com objetivo de capacitação profissional. Participação em encontros com assistentes sociais e docentes das Coordenações de Estágio localizadas no estado do Rio de Janeiro a fim de estabelecer troca de experiências e o aprimoramento de ações relativas ao estágio;
- II. realização de treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiárias de Serviço Social, como atividade constituinte do processo de trabalho da assistente social, prevista nas resoluções e dimensões jurídico-normativas do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS.

Dimensão burocrático-administrativa:

- I. análise (e assinatura) de termos de compromisso de estágio para confirmação

de informações condizentes com a Lei de Regulamentação da Profissão, Resoluções nº 533/2008 e 493/2006, Política Nacional de Estágio em Serviço Social, Política Interna de Estágio em Serviço Social, Resoluções da Universidade e a Lei 11.788/2008; acompanhamento dos processos de formalização de convênio, firmados pela Universidade, cujas instituições interessadas atendem as especificidades do estágio supervisionado em Serviço Social e monitoramento da vigência desse convênio dado os procedimentos burocráticos inerentes ao processo, por vezes morosos, e concomitância com o período letivo; preenchimento de planilhas com informações sobre apólice de seguro e dados das estudantes, relação de estudantes solicitantes de redução de carga horária de estágio, relação de estudantes em campos de estágio não-obrigatório com identificação de supervisoras de campo e acadêmica, contatos institucionais e período de vigência do termo de compromisso de estágio; e divulgação de processos seletivos para estágio, através de mala direta, e-mails das estudantes, site da Unidade, cartazes fixados em mural, página do facebook⁵.

Dimensão investigativa:

- I. produções e publicações de artigos sobre sistematização teórica da prática profissional de assistente social na Coordenação de Estágio, dados produzidos pelas assistentes sociais da Coordenação de Estágio, a formação profissional em Serviço Social e demais temas que giram em torno do trabalho realizado pelas assistentes sociais na Coordenação de Estágio.

Na realização conjunta de atividades (assistentes sociais e assistentes sociais/docentes), destacamos aquelas que são mais desempenhadas pelas assistentes sociais seja devido às atribuições que lhes são conferidas na Coordenação de Estágio na atuação profissional cotidiana, já mencionadas, e que se relacionam, seja devido à abrangência das ações desenvolvidas por essas profissionais no processo que envolve o estágio em Serviço Social:

⁵ Com base em registros documentais de uma das Unidades acadêmica pesquisadas, a atividade realizada de preenchimento de planilhas difere da divulgação de processos seletivos de estágio, uma vez que esta, fica sob a responsabilidade das assistentes sociais da Coordenação de Estágio, podendo ser divulgado por docente/coordenadora quando necessário.

Dimensão formativa:

- I. organização e coordenação do curso de extensão que visa atender a demanda por capacitação profissional de assistentes sociais, supervisoras de campo, ampliado também para outras profissionais como potenciais supervisoras, mas a prioridade se mantém para supervisoras de campo. A programação do curso envolve temáticas como: atribuições e competências profissionais; os processos de trabalho da assistente social; a política de estágio e o processo de supervisão; os elementos constitutivos do planejamento e projetos de intervenção profissional; a questão social e o projeto ético-político, dentre outras dimensões definidas e coordenadas no âmbito da Coordenação de Estágio, com a contribuição de docentes da própria Unidade acadêmica, e de outras, para ministração de aulas. A partir do curso as participantes realizam uma pesquisa referente às particularidades de seu espaço sócio-ocupacional, sob orientação de uma docente, e elaboram um artigo científico⁶.

Dimensão prático-interventiva:

- I. assessoria permanente aos campos de estágio integrada aos projetos de extensão desenvolvida pelos sujeitos da Coordenação de Estágio e Extensão, sob coordenação das assistentes sociais da própria equipe com objetivo de estreitar e qualificar a relação com as supervisoras de campo, acompanhar os campos de estágio, e sobretudo refletir de forma conjunta sobre o cotidiano profissional dessas assistentes sociais para, através da mediação dessa realidade, pensar alternativas para além da imediaticidade;
- II. estabelecimento de contato com o setor responsável pelo estágio na Universidade para assuntos relacionados à formalização de convênios entre as instituições concedentes de estágio e a Universidade e acompanhamento do processo até sua efetivação;
- III. realização de contatos com supervisoras de campo para ampliação e/ou manutenção de vagas de estágio e com instituições para identificar interesse

6 Conforme demonstramos, trata-se de uma ação desenvolvida pelas profissionais que ocupam cargo de gestão. Mas, em uma das Unidades acadêmica pesquisadas, as assistentes sociais participam diretamente dessa ação.

e possibilidade de oferecimento de vagas de estágio em Serviço Social, seguida de realização de visita institucional se manifestado interesse institucional, bem como monitoramento de vagas previstas para semestre letivo subsequente;

IV. atendimento diário às estudantes, com objetivo de informá-las quanto às exigências e aos critérios para a realização de estágio em Serviço Social e acompanhá-las frente as demandas apresentadas durante o período de estágio que se relacionam a esse processo. Atendimento a estudantes represados com dificuldades para ingressar no estágio com objetivo de identificar os motivos pela não inserção no campo de estágio. E atendimento as supervisoras de campo e acadêmicas e profissionais de outras áreas das instituições concedentes de estágio responsáveis pela organização interna do estágio com demandas relacionadas ao estágio.

E na mesma medida e ao mesmo tempo, as atividades realizadas pelas assistentes sociais e assistentes sociais/docentes são:

Dimensão pedagógica:

I. propor/rever modelos de documentação para a avaliação e acompanhamento do estágio: roteiros de planos de estágio, de relatórios, de projeto de intervenção, de avaliação, como por exemplo, avaliação da supervisora de campo em relação ao processo de aprendizagem da estudante no estágio, avaliação da docente, bem como da estudante do processo de estágio.

Dimensão formativa:

I. avaliar em conjunto com a supervisora de campo e acadêmica, e estudante, a pertinência de fechamento do campo de estágio, uma vez identificado elementos justificadores.

Por último e com base nos dados obtidos através das informantes e registros, as atribuições e competências das coordenadoras de estágio estão voltadas, em geral, para condução da diretriz geral e política do processo de estágio em Serviço Social condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação dos sujeitos envolvidos nesse processo formativo e o atendimento às demandas acadêmicas e acompanhamento da supervisão acadêmica.

Uma observação a ser feita no desenvolvimento de ações de competência da coordenação é a de que pode haver diferença de momentos políticos, conjunturas distintas, inserção e perfil de coordenação, possibilitando uma gestão mais compartilhada, com a participação de assistentes sociais nos processos decisórios.

As atividades atribuídas às coordenadoras de estágio (assistentes sociais/docentes e assistentes sociais), particularidades de duas das Unidades acadêmica pesquisada (1 e 2), temos:

Dimensão pedagógica:

- I. organização de fórum de supervisoras de estágio em Serviço Social que visa aproximar docentes, profissionais e estudantes do debate a respeito das questões do estágio obrigatório e da construção de alternativas convergentes a esse processo de formação profissional. Uma ação planejada em conjunto com as supervisoras de campo, acadêmicas, estagiárias e coordenadoras e assistentes sociais da Coordenação de Estágio; promoção de reuniões periódicas com as supervisoras acadêmicas, com a participação das assistentes sociais da Coordenação de Estágio, com objetivo de democratizar e discutir as questões referentes ao estágio supervisionado em Serviço Social, tendo em vista o acompanhamento dos processos político-pedagógicos desse processo de estágio e a avaliação sistemática; reunião grupo de trabalho com a participação de supervisoras acadêmicas, supervisoras de campo e estagiárias com objetivo de planejamento para realização do fórum de supervisão, oficinas temáticas e outras atividades.

Dimensão política:

- I. participação em instâncias deliberativas interna e externa, como por exemplo, colegiados de curso e de Unidade, plenárias/conselhos departamentais, congregações, comissões temáticas e comissão de formação e trabalho profissional do CRESS 7ª Região.

Dimensão formativa:

- I. viabilizar a realização de cursos de extensão para supervisoras de campo, com vistas a capacitação profissional; seminários, encontros, conferências e outras atividades de formação e aprimoramento para o desenvolvimento

- profissional de estudantes e aperfeiçoamento das supervisoras de campo;
- II. acompanhar a Comissão de Estágio, formada por representantes, supervisoras acadêmicas, supervisoras de campo e estagiárias e atuar de forma articulada a esta Comissão nas atividades propostas;
 - III. publicizar e possibilitar o acesso das estudantes, supervisoras de campo e acadêmica, ao material produzido pela Coordenação de Estágio, estudantes e docentes.

Dimensão organizativo-administrativa:

- I. promover e/ou participar de reuniões com os Departamentos (chefias e docentes) com objetivo de discutir e acompanhar a disciplina de estágio supervisionado e o processo de estágio; propor e definir os grupos de estudantes que constituirão as turmas de estágio nas diferentes áreas temáticas, consultando docentes que ministram disciplinas de estágio, após ingresso das estudantes no campo de estágio e obedecendo ao critério do quantitativo de estudantes por cada turma; organizar a pré-matrícula das disciplinas vinculadas ao estágio e orientar as estudantes quanto à inscrição em disciplina de estágio, a partir do estabelecimento de um fluxo contínuo de informações atualizadas quanto aos campos de estágio, áreas temáticas correspondentes, horários de funcionamento para efetivo cumprimento da carga horária mínima exigida em estágio supervisionado;
- II. coordenar a equipe de trabalho e realizar reuniões periódicas com a equipe da Coordenação de Estágio, visando orientação e aperfeiçoamento da rotina de trabalho;
- III. elaboração de atas de reunião e relatórios de gestão.

Outros dados obtidos⁷ na pesquisa e que, na nossa avaliação, têm relação direta com o trabalho que é desenvolvido pelas assistentes sociais nas coordenações de estágio – se compreendermos que as reflexões trazidas pelas informantes expressam um trabalho pensado, antecipado, problematizado, sistematizado teoricamente – diz respeito à relação entre a inserção da assistente social na Coordenação de Estágio e o processo formativo da estudante em Serviço

⁷ Vale ressaltar que mais de uma participante da pesquisa apontou algumas das mesmas reflexões, ou ainda, as reflexões se assemelham e que aqui, agrupamos.

Social.

Nesse sentido, apresentamos alguns elementos apontados pelas participantes da pesquisa, a partir das reflexões feitas sobre essa relação:

- I. dar centralidade à formação profissional, a própria ideia de exercício profissional, de prática, dar enfoque à instrumentalidade no âmbito dos instrumentos e técnicas profissionais; tentar garantir que o estágio seja espaço privilegiado do fazer profissional, onde a estagiária terá a possibilidade de refletir sobre como atuar, nos limites do estágio, não restrita apenas em debates teóricos abstratos sem todo o conjunto de mediações necessárias para o fazer profissional; tentar garantir que o estágio seja locus privilegiado do pensar e fazer profissional que garanta destaque maior dos instrumentos, das técnicas e desse modo, articulado ao debate das teorias sociais que ajudam a explicar fundamentalmente as políticas sociais e o próprio exercício profissional;
- II. viabilizar o acesso, a permanência e conclusão da estudante ao/no/do estágio acadêmico, portanto, uma atuação profissional que vai para além de abertura de vagas de estágio, mas de aproximação das demandas trazidas pelas estudantes que apresentam um perfil de classe trabalhadora ao ensino superior, com objetivo de integralização do curso de graduação;
- III. a capacidade dessas assistentes sociais que, lotadas em coordenação de estágio, para além de executar, planejar, realizar articulações institucionais e ações política mais amplas;
- IV. um trabalho com caráter também político expresso na relação com os campos de estágio e com a organização do estágio na própria Universidade, tendo em vista que explicita a identidade profissional, por se tratar de uma atribuição privativa fundamentada nas dimensões de cunho teórico, ético e operativo, e no aparato legal e normativo próprio do Serviço Social; um trabalho onde as demandas pedagógicas estão relacionadas ao exercício profissional da assistente social. Ou seja, um trabalho com acompanhamento ético, técnico, político, teórico e pedagógico, não restrito a formalização de exigência curricular.

Reconhecemos que essas reflexões feitas pelas participantes da pesquisa resultam nos objetivos projetados, no planejamento e na execução daquelas ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nas coordenações de estágio e alcança seus resultados pretendidos, apesar de não na sua plenitude, tendo em vista que essa força de trabalho, seu exercício profissional e a política na qual essas profissionais atuam se inserem na lógica do sistema capitalista.

CONCLUSÃO

O trabalho que vem sendo realizado pelas assistentes sociais (cargo de assistente social) nas coordenações de estágio, expressa um enfrentamento as estratégias do capital através dos objetivos projetados e o planejamento e execução de ações que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos.

Ao mesmo tempo, esse trabalho é uma resposta a essas estratégias como parte de um projeto formativo aliado aos interesses das estudantes usuárias, apesar de reconhecermos a relativa autonomia profissional nesse processo de viabilização de um estágio em Serviço Social com qualidade, conforme previsto na Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (PNE/ABEPSS) (ABEPSS, 2010), implementada a partir de 2010, em consonância com o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão n.º 8.662 de 1993 (CFESS, 1993 a-b), nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço, de 1996 (ABEPSS, 1996), e nas Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social n.º493 de 2006 e n.º533 de 2008 (CFESS, 2006, 2008).

Desse modo, as razões e os objetivos pretendidos do/com o trabalho de assistentes sociais nas coordenações de estágio em Serviço Social, revelam sua relevância e necessidade determinada por processos histórico e político.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília. Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

COIMBRA, L. ***A inserção da assistente social nas Coordenações de Estágio em serviço social: estudo em universidades públicas no estado do Rio de Janeiro***. 2021. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FILHO, R. S; GURGEL, C. ***Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica***. São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX [Parte II]. In: _____. ***A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural***. São Paulo: Loyola, 1993, p. 117-162.

MANDEL, E. ***O capitalismo tardio***. [Os Economistas]. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, p. 265-307, 1985.

MARX, K. ***O Capital***. [Os Economistas]. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. Nova Cultural, c 1996. V 1.

NETTO, J. P. ***Capitalismo monopolista e Serviço Social***. 8. ed. São Paulo: Cortez, p. 19-81, 2011.